

Incômodos à norma ou táticas identitárias nas políticas educacionais para a diferença

*Samilo Takara*¹

Universidade Federal de Rondônia

*Fernanda Amorim Accorsi*²

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Este texto é uma tentativa de abordar a questão orientadora: para quem é possível renunciar à identidade? Diante dessa pergunta, o objetivo geral que embasa essa discussão é problematizar as identidades como posições estratégicas que oferecem condições para questionar a norma. A proposição é na perspectiva de assinalar as torções e as criações que as identidades culturais contribuem para o campo da Educação. Este texto é amparado pelos estudos culturais, pelas contribuições foucaultianas e pelos debates de gênero e é resultado de um estudo qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental.

Palavras-chave: educação; estudos culturais; mídias; identidade; diferença.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento Acadêmico de Comunicação da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Doutor e mestre em Educação (UEM). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estudos Culturais e Educação Contemporânea – GEPECEC/UNIR.

² Jornalista. Pedagoga. Especialista em Comunicação e Educação. Mestra e Doutora em Educação (UEM). Professora do Departamento de Educação (Dedi), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora do grupo de Pesquisas e Estudos em Práticas Educativas, Corpo e Ambiente (PEPECA/UFS).

Disturbance to the norm or identity tactics in educational policies for difference

Abstract: This text is an attempt to address the guiding question: for whom is it possible to renounce identity? Faced with this question, the general objective underlying this discussion is to problematize identities as strategic positions that offer conditions to question the norm. The proposition is in the perspective of pointing out the twists and creations that cultural identities contribute to the field of Education. This text is supported by cultural studies, Foucauldian contributions and gender debates and is the result of a qualitative, exploratory, bibliographic and documentary study.

Keywords: education; cultural studies; media; identity; difference.

Perturbación al norma o tácticas identitarias en las políticas educativas para la diferencia

Resumen: Este texto es un intento de responder a la pregunta orientadora: ¿para quién es posible renunciar a la identidad? Frente a este interrogante, el objetivo general que subyace a esta discusión es problematizar las identidades como posiciones estratégicas que ofrecen condiciones para cuestionar la norma. La proposición está en la perspectiva de señalar los giros y creaciones que las identidades culturales aportan al campo de la Educación. Este texto se apoya en estudios culturales, aportes foucaultianos y debates de género y es el resultado de un estudio cualitativo, exploratorio, bibliográfico y documental.

Palabras clave: educación; estudios culturales; medios de comunicación; identidad; diferencia.

Norma, identidade e diferenças: consistência e estratégias

Hall (2000: 104) explica que o conceito de identidade é um dos que “operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”. Diante das críticas às perspectivas identitárias e as proposições das teorias que se autointitulam críticas, existem leituras que destituem a identidade como um conceito possível.

A perspectiva pós-identitária reconhece a explicação de Hall (2000: 104) da identidade como um conceito a ser operado “sob rasura”. Há uma questão que se expressa entre essas discussões que é: para quem é possível renunciar à identidade? Ainda que sob rasura, o conceito de identidade permite a problematização dos efeitos das “posições-de-sujeito” presentes nos entendimentos e nos usos deste conceito (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2004: 17).

Pensar as políticas educacionais e as possibilidades referentes às diferenças culturais é vicejar provocações, debates e proposições de ações, as quais garantam o respeito e a possibilidade de existência nas sociedades e nos espaços educativos. Relacionais, identidade e diferença são possíveis de serem compreendidas por marcações simbólicas, as quais possibilitam o reconhecimento de práticas, modos e existências, que participam dos sistemas representacionais, na mesma medida que constituem as existências dentro de sistemas de representação comum, dando elementos para identificação dos sujeitos. Entretanto, a identidade também evidencia aqueles e aquelas que não se aproximam das marcações simbólicas existentes e, desse modo, expressam as diferenças (WOODWARD, 2007).

Ainda que seja um conceito movediço, a identidade está vinculada às condições de existência de formas culturais, sociais e materiais. Woodward (2007: 14) explica que “[s]e um grupo é simbolicamente marcado como um inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”.

Ao atravessarmos as questões que fundamentam as discussões e as análises empreendidas pelas teorias feministas, as contribuições das/os intelectuais negras/os, as discussões acerca das acessibilidades de pessoas com diferentes singularidades de desenvolvimento, as pautas de problematização das/os teóricas/os que discutem os campos das sexualidades, as contribuições dos estudos decoloniais e outras perspectivas que provocam o debate sobre modos de compreender os saberes e os conhecimentos produzidos nas condições contemporâneas, entende-se a necessidade de discutir os efeitos da constituição das identidades e das diferenças e os modos como as pessoas que são lidas como diferentes sofrem os efeitos que são expressos por Woodward (2007).

Este debate se justifica para provocar diálogos sobre os conceitos de identidade e diferença acerca da análise das compreensões das realidades de grupos que são minorizados nos sistemas sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos

e estéticos. Provocar a discussão sobre a identidade é uma forma de tensionamento das políticas da diferença.

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Essa concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhada, mantém em comum. (HALL, 1990)

Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 1990 *apud* HALL, 2000: 108)

Desse modo, compreender a identidade como estratégica e posicional permite dialogar sobre os efeitos das normas referentes às diferenças. A ideia de incomodar à norma neste texto não é uma tentativa de aceitar as imposições que ela estabelece, mas compreender como a noção de identidade oferece consistências para direitos, acessos, garantias e permanências que a norma estabelece como condições de existência apenas para quem está lastrado pela noção de poder.

Assim, frisamos que não é a diferença que tem garantido acesso aos espaços de debate e poder, mas as identidades, que sendo reconhecidas como possíveis, oportunizam discussões acerca de modos de pensar e agir. Ainda que a diferença e suas possibilidades nos permitam compreender o ato ficcional do poder e das identidades, essa ficção política e cultural é o que nos tem possibilitado registrar demandas e problematizações fora dos limites da norma.

Desse modo, é imprescindível a compreensão de Mombaça (2017) acerca do poder como ficção e a ficção do poder para entendermos que as identidades associadas às diferenças são estratégias que nos oferecem articulações para problematizar a norma, negociarmos com ela e destituí-la à medida em que mostramos sua incapacidade de dar conta da pluralidade das formas de existir.

O poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis. O monopólio da violência é uma ficção de poder baseada na promessa de que é possível forjar uma posição neutra desde a qual mediar os conflitos. O sistema de justiça, produzido pela mentalidade moderna-colonial como sistema de política, visa neutralizar os conflitos sociais, administrando todas as tensões no limite de uma rede muito pequena de instituições e mitos representados como neutros pelas narrativas hegemônicas. Além de uma ficção de poder, a neutralidade do sistema de justiça – que torna moral e politicamente plausível o monopólio da violência – é um mecanismo de alienação dos conflitos, que isola as pessoas neles implicadas dos seus próprios processos de resolução. A frase “vamos resolver isso na justiça” está, portanto, sitiada, uma vez que evoca estritamente a ficção de poder do sistema de justiça moderno-colonial, desarticulando dessa maneira todas as outras ficções de justiça que poderiam vir a ser conjuradas a partir dessa afirmação. (MOMBAÇA, 2017: 302)

Nesta direção, são importantes as estratégias que operam pelas identidades na tentativa de mostrá-la como um conceito estratégico e posicional, tal como nos

ensina Hall (2004). Nossa análise dos dispositivos entende que as táticas da norma para capturar existências articulam e mobilizam os modos de vida. Exemplo dessa relação é o reconhecimento das estratégias da norma em premiar ou, ainda, destacar vidas diferentes na tentativa da capturar as estratégias de resistências para a integração na norma.

Preciado (2019) narra no texto intitulado “A coragem de ser você mesmo” que foi um convite realizado ao pesquisador e intelectual para que ele expusesse seu destemido modo de ser quem se é. Preciado (2019) explica como esse gesto é uma captura de suas formas de existência e resistências e como a norma tenta domesticar e docilizar seus modos de criar e ser e, ao mesmo tempo, impedir suas expressões por meio desse processo que aciona um dispositivo de normalização. Ao invés de seguir pela coragem da norma, o pensador nos oferece a analítica de como a coragem pertence a norma.

Desejo que lhes falte força para repetir a norma, que não tenham energia para continuar fabricando identidade, que percam a determinação de continuar acreditando que seus papéis dizem a verdade sobre vocês. E quando tiverem perdido toda a coragem, loucos de covardia, desejo que inventem novos e frágeis usos para seus corpos vulneráveis. É por amá-los que os desejo frágeis e não corajosos. Porque a revolução atua através da fragilidade. (PRECIADO, 2019: 136)

Olhar as identidades como estratégias para políticas da diferença não seria o mesmo que dar a essas formas de ser e agir uma consistência de certeza. Em outra direção, seria aprender a usar das identidades para mostrar os acionamentos dos dispositivos que regulam o poder e suas ficções e, desse modo, também denunciar o modo como o poder ficcionaliza formas de ser e de agir que são estruturadas nas sociedades que vivemos.

Assim, ainda que amparadas pelo desejo de que não haja energia para manter a produção de identidades, tal como nos instiga Preciado (2019), os campos da Educação exigem que as subjetividades e as suas formas de agir e ser constituam táticas de identificação, que permitam pensar o currículo, que exijam outras estratégias didáticas e que marquem a falha do sistema educacional ao lidar com as diferenças, mesmo que estas estejam incluídas nas listas de chamada e, ainda que nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas apareça a diversidade como uma celebração fictícia.

Pensem em “A vida dos homens infames”, de Michel Foucault (2003). Ao analisar documentos de pessoas que foram internadas no Hospital Geral e da Bastilha, o intelectual problematiza que foi o poder que encontrou essas formas de vida e “as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi o que suscitou as poucas palavras disso que nos restas” (FOUCAULT, 2003: 206).

Entender os efeitos da norma é uma forma de elencar possibilidades de atuação na criação de estratégias de resistências, as quais passam pela possibilidade de mostrar a constituição de dispositivos que organizam, sistematizam e conduzem formas de vida amparadas na norma como verdade. A referida condução das formas de vida pode pôr em risco as existências que não são lastradas pela norma. Provocar esses efeitos por meio da identidade é uma forma de atuar em estratégias para fraturar a norma.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” –

diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” – é hipermercado, incessantemente traduzido pelas análíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora. (MOMBAÇA, 2017: 306)

Assim, uma possibilidade diante das discussões até aqui empreendidas é fazer o uso da identidade – como conceito sob rasura e, ao mesmo tempo, posicional e estratégica tal como Hall (2000; 2004) nos possibilita compreender para pensar em modos de tensionar a norma em sua ficcionalidade, visibilizar os dispositivos e seus acionamentos e problematizar os efeitos da norma na constituição das políticas da diferença para pensar na Educação.

Provocar a norma: táticas para a educação

Ainda que haja na escola espaços de acolhimento, profissionais que trabalham intensamente e pessoas que afetiva e intelectualmente se envolvam com o projeto de pensar uma educação transformadora, não podemos ignorar que a escola é proposta para as identidades que operam sob o regime da normalidade. Políticas que amparam pessoas negras, pessoas trans, pessoas com singularidades de desenvolvimento físico e/ou intelectual, pessoas que são dissidentes das normas de gênero e de sexualidade só existem ao terem o poder que as atravessa também operando em níveis outros.

Para pensar acerca dessa articulação entre a identidade – como estratégica e posicional – e as possibilidades de visibilizar a norma e os dispositivos que constituem os sentidos e as condições das diferenças, dialogamos com o vídeo Bichas, o documentário, de produção de Marlon Parente, que foi publicado no YouTube em 20 de fevereiro de 2016 e que traz experiências, memórias e percepções de homens jovens cisgêneros e gays que se identificam como bichas nesse produto midiático. No documentário, João Pedro, Peu, narra:

Tinha seis, sete anos, e teve um concurso de dança na escola [...] Era o É o Tchan, na época e estavam competindo Jacarés e Scheilas. E eu fui dançar como Jacaré e as pessoas disseram que não estava dançando como Jacaré, mas como Scheila e aí as pessoas começaram: “Ele tá dançando como Scheila, ele quer ser menina, bicha... la, la, la... E foi horrível. Naquela época eu tava sozinho. Naquela situação, em uma escola que eu não conhecia, pois tinha acabado de chegar. E todo mundo contra mim porque eu tinha dançado igual uma Scheila. E eu fugi da escola, fui pro trabalho da minha mãe, chorando porque aquilo foi horrível. Teve várias épocas que eu chegava chorando em casa por causa disso. (PARENTE, 2016)

Em diálogo, também trazemos a entrevista da cantora drag queen Pabllo Vittar no Programa Altas Horas que está disponível no YouTube, que foi publicado em 2 de setembro de 2018³.

No primeiro dia, me bateram. E eu não tinha a quem recorrer. Minhas irmãs estudavam lá. Os professores não faziam nada. A diretora não fazia nada. E eu lembro de ter chegado em casa muito triste. ‘Mãe, eu não quero ir na escola mais’. E minha mãe, minha mãe disse: ‘Você vai sim [Pabllo emocionada interrompe a fala] Desculpa, gente. Minha mãe chegou pra mim e falou: ‘Pabllo, você vai sim, porque a sua vida inteira vai ser desse jeito. Se você se esconder vai ser pior. [Pabllo chora e o público aplaude]. (EITA PABLLO VITTAR, 2022)

³ A entrevista está disponível no YouTube. Link https://www.youtube.com/watch?v=1L_J43RjSY8. Acesso em: 05 set. 2022.

As narrativas que essas pessoas trazem mostram as identidades desviantes que são atravessadas pelo poder da norma e pelo dispositivo da sexualidade, que produzem a homofobia como uma estratégia de poder que conduz e coage (TAKARA, 2017). Em entrevista para a TRIP, também em vídeo publicado no YouTube, em 16 de fevereiro de 2017, com 1.577.802 visualizações, Pablo fala sobre outra violência que sofreu no espaço da escola⁴.

No Ensino Fundamental eu sofri muito. [...] Uma vez eu estava na fila da merenda e um menino jogou uma sopa quente, um prato de sopa quente, ele virou a sopa na minha cara. Porque eu tava falando com a minha amiga. E ele se virou pra mim, jogou aquele prato de sopa quente em mim, porque na cabeça dele eu tinha que agir como homem, falar com voz de homem, ser homem. (TRIP TV, 2017)

João Pedro (Peu), no Documentário, narra que depois de chegar várias vezes chorando, a mãe dele estava cansada e o ensinou uma forma de responder às agressões. Depois da resposta, em uma das situações de violência, Peu conta que inverteu a situação ao colocar o menino, que foi homofóbico com ele, em uma posição de ridículo. Para isso, ele assumiu o lugar da bicha e a partir disso, criou outra saída para a situação que ocorreu. “Você tá dizendo que eu sou isso, eu sou. E aí, você vai fazer o quê?” (PARENTE, 2016).

Ao tecer diálogos com essas narrativas, marcamos que a norma dociliza os corpos de muitos modos. O dispositivo da sexualidade atua na produção de discursos homofóbicos que vão regular a masculinidade e a cisgeneridade e, ao mesmo tempo, vão denunciar as pessoas que não estão conformes as normas de gênero e sexualidade. Reconhecer a existência de tais práticas no espaço escolar é uma forma de entender a necessidade de provocar discussões no âmbito das instituições educativas.

A escola não é simplesmente um lugar de aprendizagem de conteúdos. A escola é uma fábrica de subjetivação: uma instituição cujo objetivo é a normalização de gênero e sexual. O aprendizado mais crucial que se exige da criança na escola, sobre o qual assenta e do qual depende qualquer outro adestramento, é o de gênero. É a primeira coisa (e talvez a única) que vamos aprender ali. Fora do ambiente doméstico, a escola é a primeira instituição política na qual a criança é submetida à taxonomia binária do gênero, através da exigência constante de nomeação e identificação normativas. Cada criança deve expressar um único e definitivo gênero: aquele que lhe foi designado ao nascer. Aquele que corresponde à sua anatomia. A escola potencializa e valoriza a teatralização convencional dos códigos de soberania masculina no menino e da submissão feminina na menina, ao mesmo tempo que vigia o corpo e o gesto, castiga e patologiza toda forma de dissidência. Justamente por ser uma fábrica de produção de identidade de gênero e sexual, a escola entra em crise quando confrontada com processos de transexualidade. (PRECIADO, 2019: 192)

Reconhecer essas dinâmicas da norma na produção de subjetividades nos espaços escolares é um modo de sabermos como operam os dispositivos acionados para capturar as subjetividades das diferenças, ao mesmo tempo, quando temos enfrentamentos como os relatados pelas falas anteriores, também reconhecemos as torções que são feitas. “A bicha não está alheia às relações que estabelecem as normalidades e os desvios, mas também não é subjugada por essas normas. Imposição, nas relações de poder, não é possível. Menos de dominação, muito de disputa” (TAKARA, 2017: 135).

Disputa-se ao se questionar qual é o papel da escola. Estamos no enfrentamento ao questionarmos os materiais didáticos que não nos representam. As identidades que são vistas como existentes – e que saem da lógica de um corpo a

⁴ A entrevista está disponível no YouTube. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=aUvF8UeiW8M>. Acesso em: 05 set. 2022.

ser corrigido – começam a exigir uma outra política educacional, uma diferente formação inicial e continuada de professoras e professores.

Posicional, a identidade que incomoda a norma é aquela que utiliza da diferença para dizer “eu”. Assim, investir em uma perspectiva estratégica da construção de modos identitários evoca a norma a atuar contra essas existências. Regulações do discurso são postas em funcionamento e, como explica Foucault (2009), ao tratar sobre os processos de interdição do discurso, atuam na regulação de existências que são válidas e, desloca em oposição, aquelas que são entendidas como exteriores a norma. Anormais.

É relevante sublinhar nessa análise que as produções identitárias da norma e as estratégias posicionais de identidade, criadas na proposta de resistência e que são possíveis na dimensão das políticas da diferença, são diferentes engajamentos políticos e culturais. Ambas são provisórias, fragmentárias, possíveis. Entretanto, a norma se constitui pela crença de que sua existência é natural, enquanto as identidades produzidas na política da diferença são ficcionais e isso incomoda a vontade de verdade da norma estabelecida.

Acompanhamos a perspectiva de Foucault (2009) em que o par saber-poder se constitui como dinâmica discursiva que sustenta lógicas, práticas e relações, por isso problematizamos a ficcionalização da bicha, que aparece como uma figura pedagógica, que educa a masculinidade para não ser essa monstruosidade. O que acontece se a bicha diz eu? Ao atravessarmos as narrativas que foram disponibilizadas anteriormente, pensamos sobre o estratégico lugar da política da diferença por meio da construção de táticas identitárias (TAKARA, 2017).

Então, em diferentes disciplinas, o questionamento identitário nos permite pensar em que momento as narrativas das diferenças interpelam o conteúdo. Os exemplos em sala precisam de outras estratégias no momento em que corpos diferentes se fazem presentes e subjetividades que se localizam nesse espaço precisam de abordagens distintas. Os espaços escolares precisam de outras políticas. Como se a pergunta anterior pudesse ser utilizada na seguinte perspectiva: O que acontece se a bicha diz a escola é minha? A diferença usa da identidade para comover as práticas pedagógicas.

Desse modo, o uso da identidade de forma estratégica e posicional também corrobora com a desestruturação da naturalização que se inscreve na norma. A perspectiva aqui pensada é que nas estratégias que são narradas, nos materiais dialogados – as falas Peu e Pablllo mostram como essas existências desacomodam a normalidade e colocam suas existências em deslocamento.

Efeitos pedagógicos: identidade(s) tática(s)

Castells (2010) em suas discussões acerca do poder das identidades, trouxe três possibilidades de identidade: uma que era de acordo com a norma, denominada hegemônica, uma que estava em oposição a norma que era a identidade de projeto e as identidades que estavam cambiantes e em processos de negociação. Hall (2003) tratou de negociação ao falar sobre os processos de recepção das informações midiáticas. Em sua análise, a leitura negociada era a capacidade que se tinha de perceber os interesses dominantes e as posições políticas que estão inseridas neste contexto.

Há, na negociação dos dois autores, uma compreensão que retoma a definição de identidade diaspórica que é tratada por Hall (2003) ao descrever a sensação de uma chegada sempre adiada e uma partida nunca totalmente realizada. Ao evocar a ideia de identidade(s) tática(s) no contexto escolar, pensamos nos modos

como as representações das bichas, que foram atravessadas e produzidas pelo discurso homofóbico, utilizam de sua monstruosa posição para provocar a norma (TAKARA, 2017).

Frisamos aqui que não há interesse nenhum em uma lógica heroica da bicha que enfrenta a homofobia. Os dados de homicídios, suicídios e as estatísticas de violência em diferentes espaços – das famílias às ruas – mostram que não é seguro ser bicha ou estar em uma identidade de gênero e sexual fora da norma. Pelo contrário, o poder ao produzir a norma também constitui a monstruosidade desviante que é atacada em diferentes espaços para naturalizar e enaltecer a norma.

Em outra direção, acompanhando a problematização de Mombaça (2017) e sua criação produtiva de compreender a necessidade de redistribuição da violência, pensamos na(s) identidade(s) tática(s) como aquilo que expõe a norma como ficção do poder e poder da ficção.

Sim, somos potencialmente frágeis, mas isso não deve ser compreendido como uma incapacidade ou inaptidão para autodefesa. Aprender a defender-se requer a elaboração de outras formas de perceber a própria fragilidade. Há estratégias, técnicas e ferramentas que somente uma corporalidade e subjetividade capaz de habitar a fragilidade consegue desenvolver. Autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção. (MOMBAÇA, 2017: 308)

As falas de Pablllo e Peu nos mostram que não há uma opção de paz. Mombaça (2017) registra que parte das discussões que mobiliza não são pela ideia de oferecer saídas e/ou soluções. Entretanto, reconhecemos os efeitos do poder nas experiências da bicha e de outras existências, as quais são produzidas discursivamente para alimentar a característica de naturalização da norma, o que nos parece uma forma de provocar debates acerca das possibilidades educacionais.

Diante das narrativas midiáticas, que indicam modos do poder atravessar as formas de ser e de se localizar no mundo, pensar a identidade como uma tática seria uma tentativa de projetar resistências. Ainda que as identidades entendidas como não hegemônicas sejam alvos da norma, existir como uma pessoa nos espaços sociais é uma forma de provocar a norma a visualizar seu limite de estruturação.

Desse modo, podemos compreender que a identidade, estratégica e posicional, como nos indica Hall (2000, 2004), e, ao mesmo tempo, um conceito sob rasura, parece entrar em choque com a dimensão de Foucault (1995) sobre o papel da sua investigação.

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir que o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. [...] Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos. (FOUCAULT, 1995: 239)

Assim, a recusa é, sobretudo, uma possibilidade imaginativa de confecção de outros modos de existência, que não aqueles regidos pela norma. Pensamos sobre a afirmação da necessidade de criar formas de subjetividade que se recusam à individualidade que foi imposta por séculos. Esta parece ser a intersecção entre a ideia de produzir outras formas de ser e abraçar a fragilidade que não nos permite repetir a norma, tal como nos incita Preciado (2019). É neste cruzamento que

também se encontra o que propomos de que as identidades como táticas incomodam a norma e, talvez, seja essa uma direção possível.

Assim, a tentativa é de compreender que as identidades são táticas. A norma utiliza da sua potencialidade de naturalização para realizar a manutenção do que constituiu como verdade. Nossas disputas buscam outras direções, mas incomodam ao normal ao se perguntar como acessamos os lugares. Questionamos o ideal de uma educação para todas as pessoas, ao perguntarmos sobre a flexão de gênero e suas inclusões. Instabilizamos a narrativa histórica dos currículos ao registrarmos as ausências das comunidades indígenas e os modos como as pessoas negras são apresentadas.

Provocamos a leitura a pensar acerca do respeito pelas pessoas. Byung-Chul Han (2018: 7), ao tratar sobre a comunicação digital e seus efeitos na contemporaneidade, define respeito como “olhar para trás”. Jogando com as palavras espectador/espetáculo e respeito, propõe a necessidade de compreender a distância no sentido de garantir a diferença como possibilidade do diálogo. Butler (2019) em sua analítica acerca dos corpos que importam e das vidas que são passíveis de luto, também discute, embasada por sua performatividade, a necessidade de compreender como a norma localiza os corpos.

A pensadora nos oferece a perspectiva de que a identificação é atravessada por uma maneira de tentar constituir um lugar e afirmar o desejo. Assim, aquelas existências que fracassam na repetição da norma, que cansam de repeti-la, como nos explica Preciado (2019), que falta coragem, são os corpos e as subjetividades que mostram a ficcionalidade da norma que foi constituída pelos jogos de poder.

Retomamos aqui as cenas que dialogamos – pensando menos em uma análise de discurso ou, ainda em uma análise documental, mas no sentido de compreender as experiências que a homofobia trouxe nas vidas de Peu e Pablllo em seus relatos. As pessoas que reiteram a norma, que a fortalecem, acabam interditando existências, porque produzem, por meio da relação de poder, a constituição de pessoas no lastro da identidade, que é respaldada pela diferença enquanto inferioridade.

Os relatos dessas pessoas mostram como o jogo da diferença marca corpos e produz subjetividades. Peu e Pablllo não são quem tomam para si as identidades e fixam esses lugares, inicialmente. É a norma, que ao atribuir seu poder aos corpos e as subjetividades que se sentem aderidos a ela – e com coragem repetem a ficção que naturaliza a identidade – que atiram lixo sobre corpos outros, que jogam pratos de sopa quente, endossam a falta de distância e de respeito.

É complexa a relação da escola com a diferença, há discursos que falam das faltas de formação, material didático e condições para educar as pessoas que estão no espaço escolar e são lidas como diferentes. Há um incômodo nesta relação que evidencia a falha da instituição escola em propor saídas diferentes e, ao mesmo tempo, as narrativas mostram que esses espaços são violentos e exigem outras possibilidades de viver e aprender.

Ao invés de serem submetidas pela norma, essas existências pervertem o sentido, demonstrando outras tantas formas de ser e de agir, cujas exposições evidenciam a ficção da norma quando suas estratégias e táticas identitárias constituem uma consistência de provocação. São elas: as pessoas negras e de outras raças/etnias ao mostrarem a branquidade como uma ficção, que tenta embranquecer outros corpos e subjetividades; pessoas LGBTQIAP+, ao mostrarem a ficção da limitação de categorias normalizadas e marcarem essas ações de poder quando se mostra a cisgeneridade, as identidades de gênero e as identidades sexuais naturalizadas como ficções que se impõem pela norma; mulheres que ressaltam como

a violência machista produz um lugar de existência a partir das dinâmicas de poder de homens.

Diante dos atravessamentos dessas dinâmicas, as identidades como táticas permitem mostrar como a ficção da norma se impõe como poder sobre corpos e subjetividades. São essas pessoas que não tiveram como não escapar da norma e, por meio de suas estratégias de diferença, são capazes de produzir identidades como provisórias táticas para nomear a norma, como explica Mombaça (2017).

São essas as características que mobilizam o pensamento acerca da identidade como tática. E, é nestas condições que nos provocam o debate com as vertentes críticas e pós-identitárias que compreendem a identidade como um conceito vencido ou alienado. Quem pode abrir mão da identidade? Pessoas brancas, cisgêneras, de classes abastadas e/ou que têm seus meios de subsistência garantidos por alguma estrutura, heterossexuais. Ou seja, não é uma preocupação pensar em táticas de sobrevivência para alguém que a norma estima como digno de viver.

Sublinhamos que as pessoas que vivem fora da norma estão sendo nomeadas recentemente. São as condições de acesso e permanência das diferenças – que abrem brechas e criam desconforto – que estão exigindo que a branquitude, que a heterossexualidade normativa, que a cisgeneridade, que as classes abastadas tenham que se deslocar do privilegiado lugar de pessoas iguais para compreenderem que seus privilégios as constituem diferentes das pessoas que são atravessadas por outras formas de ser e identificadas como “as outras” pelas instituições educativas.

Retomamos um trecho do manifesto Queer Nation que circulou na Parada do Orgulho em Nova York em 1990: “Não há nada neste planeta que valide, proteja ou encoraje a sua existência. É um milagre que você esteja aqui lendo estas palavras. Você deveria, para todos os efeitos, já estar morta” (MANIFESTO QUEER NATION, 2016: 2). Se essas linhas ainda fazem sentido hoje, é porque estamos em disputa. E, nesse sentido, é que alinhavamos as tarefas educacionais que estão presentes no Art. 205 da Constituição de 1988: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1989: s/p.).

Compreendemos as políticas da diferença como estratégias que constituem modos de vida e que problematizam os limites do que está se oferecendo nos espaços escolares e institucionais que nos encontramos. Entendemos, ainda, que existem saídas que não são feitas pela boa vontade das pessoas que são identificadas pela norma. Os normais que foram constituídos pelos sistemas educacionais, de saúde, econômicos, políticos, éticos e estéticos sentem-se confortáveis ao dizer que a identidade passou.

E onde estão os conhecimentos produzidos por pessoas outras que não aparecem nos currículos escolares, como sublinha Santomé (2009)? Estratégias, as formas identitárias não apenas podem operar pela denúncia, mas pela criação de outras táticas e de diferentes saídas dos sistemas de poder que continuam a constituir a naturalização da norma. Entretanto, uma política da diferença também se faz com a existência de pessoas que não estão presentes em espaços que deveriam estar e os conhecimentos que as diferentes identidades produzem também sejam passíveis de serem socializados e aprendidos.

Eu odeio o fato de que em vinte anos de educação pública jamais fui ensinada sobre o povo queer. Odeio o fato de ter crescido pensando que eu era a única “estranha” neste mundo, e odeio ainda mais o fato de que muitas das crianças queer ainda crescem do mesmo modo. Odeio ter sido atormentada pelas outras crianças por ser uma bicha e

ainda mais por ter sido ensinada a sentir vergonha de ser o objeto de crueldade delas, como se a culpa fosse minha. (MANIFESTO QUEER NATION, 2016: 6)

Propor atravessamentos que ofereçam outros lugares passa pela oportunidade de considerarmos os efeitos desses discursos na constituição de subjetividades e corpos, que estão diante de uma normalização que opera pela correção de nossas práticas, pelas justificativas de nossas vidas e pela oportunidade de criar outros modos de ser. Assim, uma educação que se propõe transformadora, tal como Santomé (2009) defende, é aquela em que, ao invés de uma manutenção de poderes, articule outros conhecimentos como possíveis.

E temos feito essas ações. As táticas identitárias têm oportunizado diálogos relevantes na atuação dos campos educacionais e nas políticas da diferença. As identidades como posições estratégicas, ao dizerem “eu”, a partir dos jogos das normas e em diferentes espaços têm convocado incômodos para que a norma se altere. Isso não tem quebrado ou fraturado a norma exatamente como gostaríamos. É exemplo disso o potencial capitalista se vale das pautas que são propostas, cria serviços e produtos na tentativa de capturar subjetividades e monetizar acerca de corpos e modos de vida.

Ainda que as táticas sejam difíceis – e é fundamental que não é aprazível viver com a norma, mas que temos estratégias que precisamos para atuar em diferentes espaços – estarmos identificados e presentes servem de elementos para que as pessoas se questionem. O currículo, os materiais didáticos, as estratégias pedagógicas, os espaços físicos, as rotinas e todas as atividades, que são denominadas de normais, podem ser vistos por outros olhares a partir da percepção de incompletude. Assim, o incômodo é pedagógico.

A crítica ressalta esse lugar, assim como as linhas pós-identitárias, para tratar sobre a obsolescência da identidade. Entretanto, é no mínimo pavoroso que sejam críticas que atravessam vidas de pessoas que não são entendidas em sua dignidade e para o seu pleno desenvolvimento a tarefa de renunciar às identidades. E aqui nos cabe perguntar: então, aquelas pessoas que não estão na política da diferença constituindo identidades estratégicas já fizeram essa tarefa?

Entendemos que não. Os currículos continuam falando dos feitos heroicos de pessoas que validam essas existências. Os autores cisgêneros, brancos, homens e heterossexuais estão nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura e são chamados de clássicos. Essas pessoas têm uma noção de amor que as contempla. Constituem famílias que são lastradas pelo Estado. Propõem projetos de pesquisa com metodologias e teorias que são aceitas e canônicas.

Há entre nós – as diferenças – aquelas que entendem que a saída é radical. Destituir, quebrar e desfazer-se dos ideais postos por estes grupos dominantes. Não discordamos, mas precisamos de formação e de instrumentais para as nossas pessoas. Precisamos de acesso ao sistema educacional e de saúde. É necessário termos espaços para viver e táticas que não destruam nossas existências antes mesmo de podermos questionar os ideais naturalizados pela verdade da norma.

E nós que somos aquelas que a norma usa como exemplo a não ser seguido? Táticas identitárias que propomos têm causado efeitos que podem estimular outras formas de viver. Pessoas LGBTQIAP+ começam a produzir outros discursos, trazem outras perspectivas e incomodam os sistemas de normalização. Temos, cada vez mais, as nossas referências definidas pela norma como clássicos.

Ainda não chegamos ao pleno desenvolvimento das pessoas e ao seu preparo para o exercício da cidadania. O sistema capitalista reforça a cada dia e, em suas especificidades a necessidade, do preparo para o trabalho. E as pessoas estão criando suas formas de vida que abram brechas naquilo que a norma ainda reitera

e produz. Entretanto, estamos cada vez mais entrando nos espaços educacionais como discentes e docentes. Também estamos aproveitando toda e qualquer oportunidade para mostrar a riqueza epistemológica da diferença em suas formas de construção de saberes e conhecimentos.

É nessa direção que não temos como perder de vista o caráter produtivo das discussões e as ações que empreendemos, ainda que a norma e seus efeitos constituam para nós e sobre nós modos de ser. Assim, embora as críticas sejam a movimentação central deste texto, é parte dessa tarefa reconhecer que temos criado estratégias múltiplas e as identidades táticas têm nos auxiliado no diálogo sobre diferentes experiências e possibilidades.

Não há satisfação em dizer que ainda não estamos nos currículos. É triste afirmar que nossas produções ainda não chegam em todas as formações iniciais e continuadas de professoras e professores. É dolorido saber que crianças sofrem como nós, também sentimos as dores que nos fizeram nos processos escolares pensar a necessidade de mudar a Educação. Entretanto, nós estamos aqui. Ainda que não com as alegrias que queremos, mas ainda com a vontade de assombrar à norma em sua ficção.

Considerações estratégicas

Este texto é uma tentativa tática. Sublinhamos essa característica desta escrita no amparo das discussões empreendidas no seu decorrer. Assim, ao invés de uma análise de um *corpus* específico, que mostre os modos como a teoria possa ser validada numa dinâmica social, este texto é resultado da tarefa de repensar a partir das narrativas e dos diálogos teóricos, para rever a identidade como estratégia nos jogos de poder e nas ficcionalizações que ocorrem nesses processos.

Assim, empreendemos uma discussão que retoma a questão orientadora: quem pode renunciar à identidade? Nas condições contemporâneas e ao pensarmos nos atravessamentos de classe, raça, geração, gênero, sexualidade, condições de desenvolvimento e possibilidades de existência, compreendemos que a ideia de uma visão identitária e/ou a renúncia das identidades como elementos fixadores parecem não reconhecer as potencialidades que essas posições têm nos processos de negociação e conflitos com a norma.

Desse modo, este é um processo de enfrentamento da norma por outra direção. Utilizar os arranjos das identidades para mostrar a ficcionalização das posições hegemônicas e privilegiadas pode ser uma dinâmica estratégica de incômodo das naturalizações, que fixam existências como corretas e produzem a oposição das pessoas que as normas não contemplam.

Por isso, discutimos que quem vive fora da norma está sendo nomeado recentemente. Problematizamos as condições de acesso e permanência das diferenças e entendemos o incômodo como pedagógico. Indicamos que a saída é radical, porque é possível desfazer-se dos ideais postos pelos grupos dominantes, para evidenciar a falha do sistema educacional acerca do trato com as diferenças. Visualizamos que a recusa à identidade é uma possibilidade imaginativa de outros modos de existir.

Ainda que se compreenda que a crítica perpassa a identidade, os processos táticos de construção de estratégias para responder as normas são possibilidades para o incômodo, para mudar os processos. É possível que essas táticas não sejam corretas, mas a definição de certo também está na norma. É provável que ainda que tentemos, estamos em uma disputa pelas formas de existir que podemos criar diante de cenários desgastantes. E ainda assim, tentamos.

Recebido em 24 de março de 2022.
Aprovado em 12 de agosto de 2022.

Referências

- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições/Crocodilo edições, 2019.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- EITA PABLO VITTAR. *Pablo Vittar chora ao falar de bullying sofrido na infância no Altas Horas*. YouTube, 02 de setembro de 2022.
- FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. pp. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2009.
- HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.
- HAN, Byung-Chul. *No exame. Notas sobre o digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- MANIFESTO QUEER NATION. Roberto Romero (trad.). *Caderno de Leituras. Chão de Feira*, 2016.
- MOMBAÇA, Jota. “Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!”. In: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André. *Histórias da sexualidade: antologia*. São Paulo: MASP, 2017. pp. 301-310.

PARENTE, Marlon. *Bichas, o documentário*. YouTube. 20 fev. 2016.

PRECIADO, Paul. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Eliana Aguiar (trad.). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. “As culturas negadas e silenciadas nos currículos”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 159-177.

TAKARA, Samilo. *Uma pedagogia bicha: Homofobia, Jornalismo e Educação*. Tese de Doutorado, Educação, UEM, 2017.

TRIP TV. *Pablllo Vittar é bonita, bebê*. YouTube, 16 de fevereiro de 2017.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 7-72.



ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

**Revista quadrimestral
editada pelo Programa
de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
UFMT, desde 2014.**

NO INSTAGRAM

ACENO.REVISTADEANTROPOLOGIA